

Expresso

17-02-2023

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,10,8,9**

GNR encobriu padre abusador a pedido da Igreja

**Caso remonta aos anos
70 e foi tornado público
na consulta aos arquivos
secrets da Igreja**

Relatório força Igreja e Estado a mudanças. Provincial dos Jesuítas diz que é preciso discutir tudo, incluindo o celibato e a existência de seminários. **P8a10**



Suspeitas Caso foi descoberto nos arquivos secretos da Igreja pela Comissão Independente. Maioria dos inquéritos de abusos de menores deverá ser arquivada

GNR encobriu padre pedófilo

Texto **HUGO FRANCO**
 e **RUI GUSTAVO**
 Fotos **TIAGO MIRANDA**

O processo individual do padre B. encontra-se num autêntico limbo, encoberto pelo comandante de um posto da GNR, com cartão de "confidencialidade" que se destinava ao Governo Civil em meados dos anos 70. E faz parte do acervo dos arquivos secretos da Igreja agora abertos para os historiadores da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa. Nesse documento é revelado que o sacerdote mandava as raparigas tirar as calças, abusando sexualmente delas e "aperando-as contra si com certa violência". Aos rapazes, ordenava igualmente que se despiassem e depois "brincavam" com o seu pénis. As violações tinham lugar na igreja matriz e as vítimas eram todas menores de idade que frequentavam a catequese. O pai de uma dessas raparigas abusadas apresentou uma queixa contra o padre na GNR e enviou uma carta ao bispo a descrever o crime, na esperança de ver o pároco afastado de funções e de receber um pedido de desculpas da Igreja.

O Ministério Público (MP) abriu então uma instrução preparatória pelo crime de atentado ao pudor, que se prolongou por mais de um ano e em que foram ouvidas numerosas testemunhas, entre elas o próprio comandante do posto. Este relatou que informou os seus superiores, tendo sido inicialmente dada "ordem de agir", mas "um ou dois dias depois" recebeu "ordem em contrário, com fundamento de que seria dado conhecimento aos superiores do padre B."

Um ano e meio depois, o pároco foi absolvido em tribunal. E continua

na paróquia até ao final dos anos 90. "Foi a família que levou o caso ao tribunal que acabou por ser ostracizada socialmente, não o padre", conclui a Comissão Independente.

Segundo o relatório final da equipa liderada pelo pedopsiquiatra Pedro Strelch, este caso aponta para uma situação de "culpabilidade" e "promiscuidade" entre as autoridades civis e eclesásticas no encobrimento de abusos sexuais sobre menores cometidos por sacerdotes católicos. O teor do auto da GNR dirigido ao Governo Civil, com a "indicação de que as autoridades eclesásticas deveriam ser alertadas" e "a não abertura imediata de uma investigação oficial", é sinal considerado igualmente suspeito. "O depoimento do próprio comandante da GNR aponta para o papel dos seus superiores nas diligências para que o caso não fosse investigado", enfatiza a Comissão Independente.

O Expresso pediu um comentário oficial à GNR, mas até ao fecho da edição não se recebeu qualquer resposta.

Casos serão arquivados

Este é um dos muitos casos descobertos pela Comissão Independente, que esta segunda-feira apresentou na Fundação Calouste Gulbenkian, em

CASO APONTA PARA UMA SITUAÇÃO DE "PROMISCUIDADE" ENTRE AS AUTORIDADES CIVIS E ECLESIASTICAS NO ENCUBRIMENTO DE ABUSOS SEXUAIS

Lisboa, os resultados de um ano de investigação ao lado mais negro da Igreja Católica portuguesa.

Durante a apresentação do relatório da Comissão Independente, Laborinho Lúcio — ex ministro da Justiça, juiz-consulteiro já jubilado e procurador de carreira — foi claro: "Não podemos esperar grandes resultados do ponto de vista criminal". A esmagadora maioria dos 312 casos denunciados e validados pela comissão "já prescreveram" ou tem proveniência "anónima" e por isso não foi enviada ao MP para ser devidamente investigada. "Podíamos fazer um figurão e mandar centenas de processos para o MP, mas era dar-lhes trabalho inútil", disse. Há um número mínimo estimado de cerca de cinco mil crianças abusadas no seio da Igreja.

E parte dos 25 casos enviados "são praticamente impossíveis" de provar, admitiu o jurista, que argumenta que isso não podia ser "uma desilusão". "O Estado tem mãos largas e passam muitos casos entre os dedos. Não podemos ter a tentação de, perante um caso concreto, mudar as regras e a lei. Não somos um Estado totalitário. E a lei diz que, passado determinado número de anos, os casos prescrevem. E é assim que tem de ser. Mas o objetivo desta Comissão não é, nem nunca foi, o de punir. O importante era dar a conhecer o que aconteceu. E isso foi feito".

Ainda assim, Laborinho Lúcio defendeu que a idade máxima para apresentar queixa passe dos atuais 23 para os 30 anos, uma sugestão que foi bem acolhida pela generalidade da comunidade jurídica e pela ministra da Justiça. "Temos trabalhado numa alteração que diz respeito não exatamente ao prazo de prescrição, mas ao momento em que se começa a contar o prazo de prescrição. Essa alteração não vem na sequência destas circunstâncias concretas, era uma alteração que já estava a ser trabalhada e que vai ser apresentada ao Parlamento a

muito breve prazo", disse esta semana Catarina Sarmento e Castro.

Dúvidas sobre a Comissão

Uma fonte judicial garante ao Expresso que investigadores da PJ e procuradores do MP discordam da forma como os responsáveis da Comissão apresentaram as denúncias dos abusos. "Para as vítimas é muito difícil verbalizarem aquilo por que passaram. E, quando o fazem ao fim de tantos anos de silêncio, tudo o que querem é o máximo de discrição. O que se passou na Gulbenkian, quando alguns casos foram lidos de forma algo estralada, e com detalhes dos abusos, não é a melhor forma de abordar o problema. A intenção dele era chocar? Sim, mas não pensaram na perspectiva das vítimas. É uma violência para elas."

Esta fonte lembra que não é por acaso que os comunicados das forças policiais que referem casos de violência sexual exibam descrições excessivas do crime. "Ao lerem ou ouvirem o relato pormentizado do que lhes aconteceu, mesmo sem menção a nomes, as vítimas correm riscos sérios de reviver o seu trauma. E pode dar origem ao que se designa por vitimização secundária."

Entre a PJ e o MP há pouca expectativa sobre o resultado dos 25 casos fo-

AUTORIDADES ESPERAM QUE HAJA PESSOAS QUE TÊM ESTADO EM SILÊNCIO E QUE AGORA, COM O "ABANÃO" DE QUE FOI ALVO A IGREJA, GANHEM CORAGEM

malizados à Justiça pela equipa de Pedro Strelch. Uma vez mais é apontado o dolo ao *modus operandi* usado pela Comissão, que permitia o anonimato nas denúncias enviadas por escrito para a caixa de correio do site "Dar Voz ao Silêncio". "Uma violação de um menor é um crime contra as pessoas. Não é possível responsabilizar os autores se não soubermos a identificação das vítimas", acrescenta a mesma fonte.

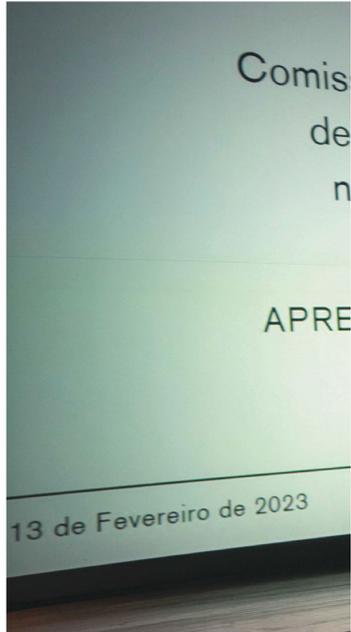
Mas nem tudo é negativo. Entre estes depoimentos validados pela Comissão podem nascer casos que até já tinham sido arquivados. "Basta uma vítima vir agora dar a cara e trazer provas novas ao processo, como, por exemplo, uma filmagem de telemóvel". Outra possibilidade que dá alguma esperança às autoridades é a existência de pessoas que estiveram em silêncio e que agora, com o "abanão" de que foi alvo a Igreja com esta investigação inédita, ganhem coragem para expor os seus casos.

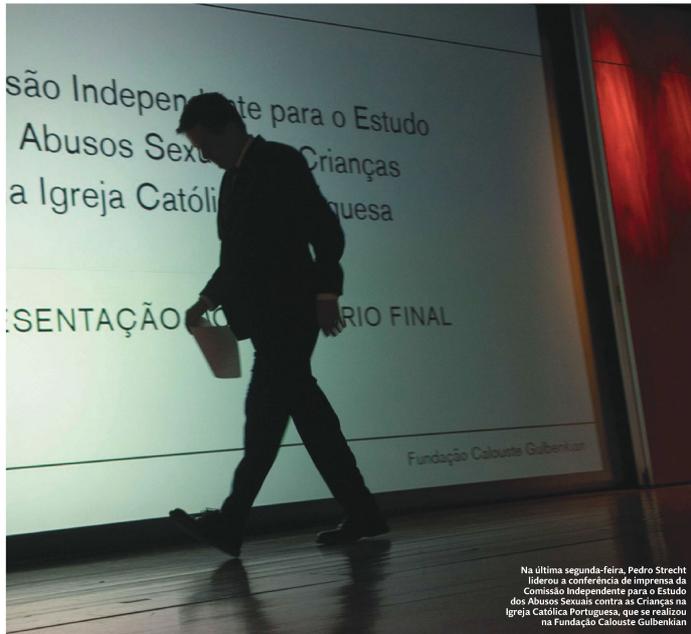
Castigos para padres

Pedro Strelch já anunciou que há mais de 100 padres no ativo suspeitos de terem abusado de menores. O prazo de prescrição destes casos no direito canónico é mais alargado do que no direito civil: as vítimas podem apresentar uma denúncia à Igreja até aos 38 anos e o prazo pode mesmo ser alargado pela Santa Sé.

O Bispo José Oliveira, presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), disse que a Igreja "não" tolerará mais "abusos não abusadores", mas recusou medidas liminares contra os padres denunciados que ainda estão no ativo. Há uma lista com nomes que será enviada ao MP e à CEP e depois, "se houver plausibilidade", o processo será enviado "para a Santa Sé". "Vamos tratar dos casos e os responsáveis não poderão exercer cargos na Igreja" se as denúncias "forem comprovadas". "Cada caso é um caso", argumentou.

h1manchete@expresso.pt



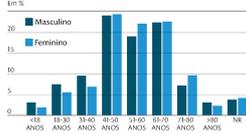


Na última segunda-feira, Pedro Strecht liderou a conferência de imprensa da Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais contra as Crianças na Igreja Católica Portuguesa, que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian

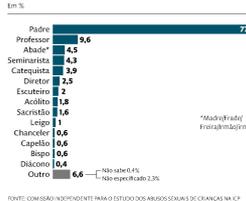
DISTRIBUIÇÃO DAS VÍTIMAS POR GÉNERO



DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ESCALÃO ETÁRIO



ESTATUTO DA PESSOA ABUSADORA



Fonte: COMISSÃO INDEPENDENTE PARA O ESTUDO DOS ABUSOS SEXUAIS CONTRA AS CRIANÇAS NA CIP

Relatório pressiona Governo e Igreja a mudanças

Ministras da Justiça e da Segurança Social vão reunir-se com Comissão Independente

Logo na segunda-feira em que foi divulgado o relatório da Comissão Independente, numa missa nos arredores de Lisboa, o padre foi direto ao tema do dia: há de haver quem venha com explicações sociológicas e perspectivas históricas, mas a Igreja tem de olhar de frente para este relatório e fazer tudo para que nem mais um abuso aconteça. Há ainda, mesmo dentro da hierarquia da Igreja, quem lamenta que a Conferência Episcopal tenha tido a iniciativa de criar esta comissão. Mas também há muitos que, na hierarquia e fora dela, se empenham para que sejam introduzidas mudanças na forma de ser e de estar da Igreja no mundo (ver pág. 10) e pressionam para que "o silêncio não volte a imperar", como diz o manifesto lançado por um grupo de cristãos que está a organizar vigílias em várias cidades do país. No início de março, os bispos vão ter um reunião extraordinária para refletir sobre este relatório e discutir o que fazer a seguir. O relatório, contudo, também pressiona o Estado a agir,

pois avança com números brutais sobre os abusos em geral na sociedade e ao propor alterações na contagem de tempo para a prescrição deste tipo de crimes. A generalidade dos partidos veio, logo na segunda-feira, manifestar abertura para essa alteração. É, claro, choque com os números. E o mesmo fez o primeiro-ministro que, na terça-feira, anunciou que as ministras da Justiça e da Segurança Social vão reunir-se com a Comissão Independente porque "há um conjunto de lições a retirar para outros domínios: porque seguramente aquela realidade não aconteceu só naquele contexto específico" das instituições católicas. "Acho que a Igreja teve uma grande coragem, uma grande transparência, uma grande ousadia para fazer este trabalho em profundidade, mas que nos obriga a todos a interrogarmo-nos sobre outros domínios, outros espaços", disse António Costa.

Alteração de prazos

A ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, já se comprometeu com a apresentação de alterações legislativas ainda no primeiro semestre do ano. "Temos vindo a

trabalhar numa alteração que diz respeito não exatamente ao prazo de prescrição, mas ao momento em que se começa a contar o prazo de prescrição. Essa alteração não vem na sequência destas circunstâncias concretas, era uma alteração que já estava a ser trabalhada e que vai ser apresentada ao Parlamento a muito breve prazo", disse a ministra à margem da apresentação de um relatório sobre a saúde nas prisões. Na apresentação do relatório, Labrunho Lúcio sugeriu que a contagem de prazo para prescrição do crime de abuso sexual de menores passe dos 23 para os 30 anos. E será nesse sentido, ainda que sem avançar dados concretos, que o Governo se inclina. "Não é alterar o prazo de prescrição, porque isso tem a ver com as medidas das penas e é estabelecido para os vários crimes em simultâneo, é alterar a contagem e é isso que, em concreto, está a ser avaliado. Já há uma ideia, mas tem de ser conversado em Conselho de Ministros e depois, então, transmitido à Assembleia da República", clarificou a ministra da Justiça. Catarina Sarmento e Castro também explicou que a reunião que haverá de ter com a Comissão Independente tem como objetivo "conhecer mais a fundo e ouvir de viva voz os resultados e, naturalmente, aquilo que é a proposta será considerada". E António Costa disse que "há um conjunto de lições a retirar para outros domínios".

ENICK LOURENÇO @brunolourencopressaoexpresso.pt

66 TESTEMUNHOS

M. descreve que foi alvo de "manipulação de órgãos sexuais, toque de outras zonas erógenas do corpo, masturbação e sexo oral". O padre dizia ao jovem que este tinha um órgão muito grande e que "o queria ver, mexer, chupar". O rapaz, que hoje é maior de idade, descreve o que sentiu: "Horível. Esse padre chegava-se a todos os rapazes escuteiros da zona e naquela época (anos 90). Quantos terão sido? Do meu agrupamento, embora de reações diferentes, penso que fomos todos sem exceção pois mais tarde vários, entre nós falamos disso embora cheios de dificuldade. Se eu disser 50 é pouco, 100 é de certeza mais próximo até porque depois o psicopata foi para outro agrupamento mais perto de Lisboa". Dez anos depois, M. contou tudo. "Esse seria killer pedófilo abusou de pelo menos 100. Ou mais até. Imaginem os anos que ele andou nisto até fugir para vendocor".

C.A. foi abusada pela primeira vez aos 5 anos, pelo padre X, "gordinho" e "mais ou menos com 40/50 anos". Tudo isso acontecia no quarto do sacerdote ou na sacristia, uma vez por semana, ao longo de vários anos. "Com a contenda das freiras", o pároco mandava chamá-la e levava-a consigo. Um dia, fez questão a uma freira: "Disse que estava maluca e era mentirosa. Fiquei três dias sem comer". C.A. conta: "Nunca quis ter filhos porque passei pelos maiores horrores não me sendo permitido ser criança. Acordava às 5h da manhã, e punham-me a tomar banho de água fria, porque fazia xixi na cama. Maus-tratos terríveis. Quando contei à minha mãe, ela não acreditou e ainda pior, disse que eu era culpada".

M. tinha 15 anos quando foi abusado por um padre. As violações tinham lugar na casa paroquial e no carro do sacerdote de 35 anos: "É a forma de estarmos em união com o divino", costumava justificar. Dizia também que era devido ao "celibato dos padres na Igreja" que tinha aqueles desejos. O pároco garantia ao rapaz: "Ficaremos sempre juntos" ou "vou ajudar-te a entrar no seminário e a mudar as mentalidades do cristianismo" e ainda que aquelas relações sexuais eram "o sinal da vocação" da vítima. O padre pagava-lhe "livros, roupas, pulseiras, passeios e férias" e "ofereceu mobilidade aos seus pais". "Sofri um recalçamento emocional e sexual e uma depressão grave aos 25 anos. Casei aos 29 anos e ainda hoje tenho pesadelos regulares com acontecimentos desse período de vida. Tomo medicação para controlar a ansiedade", contou M.



Miguel Almeida Padre, provincial da Companhia de Jesus em Portugal

“A Igreja tem de discutir a vida afetiva e sexual dos padres”

Texto **BUÍCE LOURENÇO**
 Foto **TIAGO MIRANDA**

“Há reformas profundas que a Igreja precisa de fazer”, diz ao Expresso o padre Miguel Almeida, atual provincial da Companhia de Jesus (jesuítas) em Portugal. Nascido em 1967, trabalhou em marketing e publicidade antes de ser ordenado. Estudou Filosofia em Braga, Teologia em Roma e Ética Social e da Família em Boston, a diocese onde o eccléscial dos abusos rebentou em 2002. Em Portugal, os jesuítas têm dois colégios, estão em nove cidades, com os seus 147 membros espalhados por 12 comunidades e 20 obras.

■ Como viu o relatório da Comissão Independente?
■ Vi com uma dor incrível. Fiquei chocado por perceber que aquela dor e aquele sofrimento não foram feitos há 20 ou 30 anos, começaram há 20 ou 30 anos, mas não pararam. O que é muito explícito através dos depoimentos é que as pessoas falam com uma força e uma verdade, como se tivesse sido ontem, de coisas que se passaram há 20, 30, 40 anos. Isso é, para mim, a coisa mais chocante, que desinstala, que envergonha, que dói, que repugna. Tem mesmo de haver aqui uma abertura grande e um acolhimento da parte da Igreja para quem sofre, e isso tem mesmo de mudar. Há agora uma verdade que está à vista de toda a gente e, portanto, temos de abandonar, de uma vez por todas, a percepção de que é pouco, como se um caso que fosse não bastasse. Ainda há muitos discursos de trincheira de que isto é uma perseguição à Igreja e de que outras instituições da sociedade devam fazer o mesmo, muitos discursos defensivos.

■ Por que ainda existem esses discursos?
■ Por medo, pelo facto de vivermos num mundo muito mais plural: a Igreja tinha até há algum tempo uma voz única na sociedade portuguesa e hoje é uma voz entre muitas outras — e nem sequer a mais credível. Por isso a Igreja tem de aprender a conviver num mundo plural com muitas vozes e muitas diferenças. E também tem de

aprender a ser escrutinada como qualquer outra instituição. Conçornos a ser escrutinados põe-nos a todos em causa e há aqui uma dinâmica que está em todos nós, humanos, de uma certa salvaguarda de poder.

■ Há aqui uma questão de poder?
■ Não tenho dúvida nenhuma. Todos os abusos são uma questão de poder: há sempre alguém que usa a autoridade e a influência que tem para esses crimes. Antes de mais nada, o abuso sexual é uma das expressões do abuso de poder. Tudo isto é perverso. E perverso porque são crianças, mas também é perverso porque a pessoa que abusa era a última que poderia abusar.

■ O relatório mostra que as pessoas precisam de tempo para falar.
■ O primeiro grande serviço que esta Comissão nos trouxe foi dar oportunidade às pessoas de falarem. Tinha-nos no Serviço de Escuta, as dioceses têm as suas comissões diocesanas, mas não funcionam. As pessoas não vão ao sítio onde foram abusadas para serem escutadas.

■ O que fazer com estes números e com estas comissões?

■ Este estudo dá-nos uma coisa que não tinhamos: conhecimento do contexto em que os abusos aconteciam.

■ AS PESSOAS NÃO VÃO AO SÍTIO ONDE FORAM ABUSADAS PARA SEREM ESCUTADAS

■ ISTO É UMA PÁGINA MUITO NEGRA DA NOSSA HISTÓRIA E TEMOS DE ASSUMI-LA

Primeiro, os seminários, depois as igrejas, os confessorários, as casas paroquiais e, por fim, as escolas. Se sabemos onde os abusos aconteceram, temos de fazer alguma coisa. Há muito que as comissões podem fazer, como prevenção, formação, aconselhamento, podem e devem acompanhar pessoas. Também sabemos que, quando tentaram queixar-se, o testemunho de algumas pessoas nem sempre foi considerado credível, o que é como um segundo abuso. Há aqui um trabalho claro a fazer. Primeiro, reconhecer profunda e honestamente o do fundo do coração que isto acontece e não é inventado. Isto é uma página muito negra que faz parte da nossa história e temos de assumi-la. Depois, pedir perdão às vítimas, claro que sim, mas pedir perdão tem de ter ações concretas, senão é um conceito vazio. Se peço perdão, tenho de estar aberto a e até às últimas consequências.

■ Li uma entrevista a uma vítima que dizia que o que quer é que lhe peçam perdão diretamente e que a ajudem. É a isso que se refere?

■ Pedir perdão à pessoa em concreto por alguma coisa em concreto é essencial. A instituição tem de encontrar modos de atuar o que for possível do sofrimento da pessoa. Há feridas abertas que nunca serão saradas, mas é preciso fazer o máximo possível. Depois, há reformas profundas que a Igreja precisa de fazer.

■ Tais como?
■ A formação do clero. A instituição seminário existe desde o Concílio de Trento. Claro que, ao longo da história, sofreu adaptações, mas a instituição enquanto tal é a mesma de há 500 anos até hoje. Há dioceses no mundo em que ainda há seminários menores. Faz sentido neste tempo? Tenho muitas dúvidas de que seja saudável tirar uma criança à família para ir viver para um seminário. Não é saudável para a maturidade física. Outra coisa: faz sentido ordenar padre um rapaz de 24 anos? Não é demasiado cedo? E mandá-los para três ou quatro paróquias, sozinho, muitos deles a gerir dezenas de pessoas que trabalham nos centros sociais paroquiais? Outra área de que

temos de falar é a relativa à moral sexual na Igreja. Continuamos a lutar parciais e, por fim, as escolas. Se sabemos onde os abusos aconteceram, temos de fazer alguma coisa. Há muito que as comissões podem fazer, como prevenção, formação, aconselhamento, podem e devem acompanhar pessoas. Também sabemos que, quando tentaram queixar-se, o testemunho de algumas pessoas nem sempre foi considerado credível, o que é como um segundo abuso. Há aqui um trabalho claro a fazer. Primeiro, reconhecer profunda e honestamente o do fundo do coração que isto acontece e não é inventado. Isto é uma página muito negra que faz parte da nossa história e temos de assumi-la. Depois, pedir perdão às vítimas, claro que sim, mas pedir perdão tem de ter ações concretas, senão é um conceito vazio. Se peço perdão, tenho de estar aberto a e até às últimas consequências.

■ A Igreja em Portugal está preparada para esse modo diferente de agir?

■ Quando falamos de Igreja, falamos de todos. Os leigos são muitos mais do que os padres e os bispos. Mesmo os leigos estarão hoje muito mais atentos a qualquer sinal. E também são responsáveis por não fechar os olhos e dar credibilidade quando uma criança diz qualquer coisa ou mostra qualquer sinal. Honestamente, acho que ninguém está preparado para isto, acho que a Igreja se está a preparar, a tomar consciência de que tem de ter gente qualificada para mudar e fazer este caminho, para acolher as vítimas e as acompanhar — não tem de ser padres, nem devem ser. Temos de começar a falar mais e mais honestamente de tudo, e de tudo o que não é suposto.

■ Isso inclui discutir o celibato?

■ Inclui claramente discutir o celibato, mas, mais do que o celibato, inclui discutir toda a vida afetiva e sexual e a moral sexual seja dos padres, dos consagrados, seja a proposta que a Igreja faz aos cristãos de vida afetiva e sexual. Seria redutor dizer que os abusos acontecem por causa do celibato, até porque sabemos que a maioria acontece noutros contextos onde as pessoas não são celibatárias, mas pode haver ligações indiretas que tenham a ver com uma vida mais isolada de alguém que passa por fases mais difíceis de solidão.

■ E o que discutiria mais?

■ O papel da mulher na Igreja. A sério. Terem possibilidade de participação e de decisão.

“Suspeitos não podem ser deixados sozinhos”

O relatório da comissão independente aponta 12 suspeitos relacionados com a Companhia: 13 jesuítas e um leigo que trabalhava numa das instituições, todos eles já falecidos. “Como temos testemunhos de que alguns suspeitos abusaram de várias vítimas, estes 11-12 dão 24 casos. Sabemos que, infelizmente, haverá mais, mas as pessoas ainda não quiseram ou não conseguiram vir falar”, diz o padre Miguel Almeida.

■ Como deve ser feito o acompanhamento de suspeitos?

■ Percebo esta coisa de dizer ‘se há um abusador é expulso’, mas pode ser perigoso. Então aí é que fica mesmo por ele e não há nada que proteja os mais novos. Dentro de uma congregação, dentro de uma diocese há, pelo menos, algumas ferramentas de controlo. Acho que é possível e necessário acompanhar, mas como diz a comissão só o acompanhamento espiritual não chega, nem pouco mais ou menos. Há uma necessidade de acompanhamento psicológico, nalguns casos psiquiátrico e também tomar precauções claras, sabendo que há perigo de reincidência, quando estamos diante de um abusador. Mesmo se os crimes tenham prescrito. A questão legal é menor, no sentido de ‘não posso dizer que esse caso prescreva e não posso fazer nada’. Isso não é o que se espera de uma pessoa com o mínimo de ética, quanto mais de uma instituição. Já prescreveu, mas é preciso tomar precauções.

■ Mas quando são só suspeitos, o que se faz à presunção de inocência?

■ A partir do momento em que alguém é suspeito não pode ser deixado sozinho. Tem de haver precauções e prudência. Na maioria dos casos, diria até sempre, suspendendo até apuramento dos factos. Mas há muitos casos em que não conseguimos apurar, porque a maioria dos abusadores vai negar. Há de haver situações em que não seja possível chegar à verdade. Se dou credibilidade à vítima, tenho de levar esta credibilidade até às últimas consequências. Pode ser injusto, mas tenho de, pelo menos, salvaguardar que há o perigo de esta pessoa ser um possível abusador e, portanto, é essencial estar condicionado na sua ação. Sabemos que as denúncias falsas são infimas, estranhamente falando. Percebo que é muito delicado, mas não se pode não fazer nada. Entre não fazer nada e esperar que o suspeito seja acusado e condenado, há todo um campo em que tem de se agir e suspender.

■ Acha que haverá pedidos de indemnizações?

■ O que a comissão tem dito é que esse é um fator que quase não aparece. As pessoas que têm basicamente ser escutadas e que o seu testemunho seja considerado credível. Os padres e os bispos têm de estar abertos a acolher as pessoas e têm de acompanhar até às últimas consequências, mesmo que o caso tenha prescrito. Nalguns casos pode envolver indemnizações, noutros não.